



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº: 0195025-6

COMARCA : Chã Grande – Vara Única
IMPETRANTE : Wellington Alves de Lima
PACIENTE : José Carlos dos Santos
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Dr. José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

169

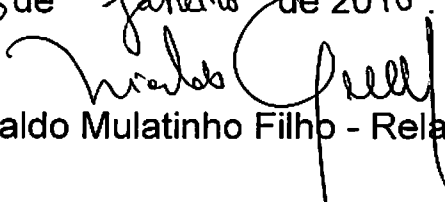
EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NA FASE DO INQUÉRITO POLICIAL. EXCESSO DE PRAZO, PARA O ENCERRAMENTO DO INQUÉRITO, SUPERADO ANTE A OFERTA DA DENÚNCIA. A AUSÊNCIA DO PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO NÃO É REQUISITO IMPRESCINDÍVEL PARA A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. PRESENTES OS PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DA PRISÃO CAUTELAR.

- 1402
- I. A ausência de Parecer do Ministério Público, ante o requerimento de prisão preventiva (com conseqüente aceitação) postulada pela Autoridade policial, não enseja ilegalidade ou óbice ao Magistrado em decretá-la, conforme redação do art. 311 do CPP.
 - II. Presentes os requisitos para manutenção da prisão preventiva, fica afastada a ilegalidade da constrição.
 - III. A Alegação de excesso de prazo, para o término do Inquérito ou para a oferta da Denúncia, resta superada ante a oferta da peça inicial acusatória.
 - IV. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 0195025-6, no qual figura como parte o paciente **JOSÉ CARLOS DOS SANTOS**, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos, em denegar a ordem pleiteada**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 06 de janeiro de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº: 0195025-6

COMARCA : Chã Grande – Vara Única
IMPETRANTE : Wellington Alves de Lima
PACIENTE : José Carlos dos Santos
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Dr. José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

170

RELATÓRIO

O Bel. **Wellington Alves de Lima** impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido liminar, em favor de **JOSÉ CARLOS DOS SANTOS**, qualificado à fl. 02, que foi preso, em 16 de julho de 2008, por força do Decreto de Prisão Preventiva expedido pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Chã de Grande/PE, o qual aponta como autoridade coatora, nos autos do Processo-crime nº 487.2009.000003-9, ao qual responde o Paciente juntamente com mais dois acusados, por suposta violação ao artigo 157, § 2º, inc. I e II, c/c o art. 14, inc. II, artigo 121, § 2º, incisos I e IV, e art. 147, todos do CP.

Defende a ausência de justa causa em relação ao Decreto de Prisão Preventiva, afirmando que estão presentes os requisitos exigidos para a concessão da liberdade provisória. Alega também que está preso sem que tenha sido concluído o inquérito policial ou ofertada a denúncia, além da inexistência do Parecer do Ministério Público, opinando sobre a necessidade da decretação da prisão preventiva.

À impetração foram acostados os documentos de fls. 09/46.

Indeferi o pleito liminar às fls. 53/54, ocasião em que solicitei as informações à autoridade apontada coatora, que as prestou (fls. 59/60), trazendo os documentos de fls 61/66, dentre eles a Denúncia (fls 61/62).

A Procuradoria de Justiça Criminal, na pessoa do Dr. Carlos Alberto Pereira, ofertou Parecer, pugnando pela denegação da ordem (fls. 68/70).

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



171

VOTO DO RELATOR

Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido liminar, em que o impetrante pleiteia a concessão de Alvará de Soltura em favor de **JOSÉ CARLOS DOS SANTOS**, por ter sido preso preventivamente e recolhido ao Presídio de Vitória de Santo Antão/PE, ainda na fase do Inquérito Policial.

O Paciente foi denunciado como incurso nos artigos 157, § 2º, incisos I e II, c/c o art. 14, inc. II, todos do CP, em relação à vítima **Severino José de Oliveira**; artigo 121, § 2º, incisos II, IV (motivo fútil e impossibilidade de defesa da vítima), quanto à vítima **José Irineu de Lima** e, artigo 147 do CP, quanto à vítima **José Domingos de Oliveira**.

Defende o impetrante que o paciente está preso além do tempo estipulado em lei, sem ter sido indiciado pela autoridade policial nem denunciado pelo Ministério Público. Afirma ainda, não existir justa causa para a decretação de sua prisão preventiva, além da ausência do Parecer do Ministério Público, opinando pela decretação da prisão preventiva.

Consta resumidamente da denúncia (fls. 61/62) que:

"(...) na noite do dia 05 de julho de 2009, mais precisamente às 19:30 horas, no Sítio Freixeiras, zona rural, neste Município, os denunciados, acima qualificados, encapuzados e agindo em concurso de ações e desígnios, tentaram assaltar a vítima **SEVERINO JOSÉ DE OLIVERIA** mais conhecido por "VEINHO", mediante grave ameaça exercida com o emprego de armas de fogo, não se consumando por circunstâncias alheias às suas próprias vontades.

O relato do Inquérito dá conta de que na tentativa de alertar a comunidade daquele sítio sobre a tentativa do assalto que tinha acabado de acontecer, a testemunha Graciene telefonou para sua cunhada Ivaneide, tendo esta juntamente com o seu esposo Irineu saído para fora de casa, procurando local de área para telefonar para os outros vizinhos, ocasião em que foram



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



172

surpreendidos pelos acusados, tendo a vítima **JOSÉ IRINEU DE LIMA** indagado aos mesmos do que se tratava e neste momento foi fatalmente alvejado por um disparo de arma de fogo.

Ato contínuo, os denunciados ao deixarem o local dos fatos com as armas em punho, deram de cara com a vítima **JOSÉ DOMINGOS DE OLIVEIRA** que voltava da casa da sua namorada que também mora naquele sítio, sendo imediatamente abordado e ameaçado de morte pelos acusados caso este os delatasse à polícia, bem como ameaçaram matar toda a sua família".

O Juízo processante informou às fls. 59 que o inquérito para apuração dos crimes imputados aos réus **Manoel Luiz de Moura, José Luiz dos Santos** e ao ora paciente **JOSÉ CARLOS DOS SANTOS**, já foi concluído, bem como, ao contrário do que alegou o impetrante, a denúncia já foi recebida no dia 11 de agosto de 2009, ou seja, **antes da impetração do presente Habeas Corpus**. Diante das informações, restam superadas as alegações do impetrante de excesso de prazo para a prisão do Paciente, sem que tenha ocorrido o indiciamento do paciente pela Autoridade Policial, ou o oferecimento da Denúncia pelo Ministério Público.

Quanto à alegação de que a prisão preventiva seria infundada, vale registrar que a custódia preventiva decretada durante o Inquérito Policial, além do previsto em Lei, possui amplo alicerce jurisprudencial, *verbis*:

"A prisão preventiva, segundo se depreende do art. 311 do CPP, poderá ser decretada em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, inclusive mediante representação da autoridade policial" (RT 619/386-7).

"A custódia cautelar é cabível em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal (art.311)" (RSTJ 107/341).

No caso, a ausência do Parecer do Ministério Público não enseja a ilegalidade do decreto de prisão preventiva, ou óbice ao Magistrado em decretá-la, como alega o impetrante. Ao comentar o art. 311 do CPP, esclarece Guilherme de Souza Nucci:

"Decretação da prisão preventiva de ofício: é mais uma mostra de que o juiz, no processo penal brasileiro, afasta-se de sua posição de absoluta imparcialidade,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatino Filho
Terceira Câmara Criminal



173

invadindo seara alheia, que é a do órgão acusatório, decretando medida cautelar de segregação sem que qualquer das partes, envolvidas no processo, tenha solicitado. (...)" (in "Código de Processo Penal Comentado", Editora Revista dos Tribunais, 8ª Edição, 2008, p.617).

Assim sendo, não há necessidade da ouvida do Ministério Público, até porque o Juiz pode decretar a prisão preventiva de ofício. No caso concreto, o Decreto construtivo, como vimos, foi precedido por representação da Autoridade Policial, estando em consonância com o referido artigo 311 do CPP, inexistindo qualquer ilegalidade a ser sanada.

A prisão preventiva foi postulada mediante representação da Autoridade Policial, com amparo no artigo 311 do Código de Processo Penal, sob argumento de que o paciente e seus comparsas estariam planejando se evadirem do distrito da culpa. O Magistrado, em Decisão de fls. 37/38, também fundamentou a necessidade da custódia preventiva em fatos concretos. Vejamos:

"(...) Ademais, consta a informação de que, pelo menos dois indiciados, José Luis dos Santos e José Carlos dos Santos, ameaçaram José Domingos de Oliveira e seus familiares, de morte, caso o mesmo confirmasse que havia os visto na noite dos crimes, naquela região. Tal fato demonstra o propósito dos mesmos em dificultar a apuração da verdade, justificando a decretação da prisão preventiva em seu desfavor, como medida para assegurar a regularidade do processo, ou seja, segundo a lei, por conveniência da instrução criminal e para garantir a aplicação da lei penal" (fls. 37/38 – grifos nossos).

Logo, existem elementos concretos aptos a fundamentarem a decretação da Prisão Preventiva do ora Paciente.

Ademais, conforme pesquisa ao Sistema de Acompanhamento Processual deste Tribunal, que anexo em 07 (sete) laudas, verifico que o Processo tramitou dentro do princípio da razoabilidade, havendo, inclusive, o encerramento da instrução criminal, haja vista a realização da Audiência de Instrução e Julgamento em 04.11.2009 e o despacho datado de 17 de novembro



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



174

de 2009, encontrando-se o Processo originário na fase das Alegações Finais.

Isto posto, em consonância com o Parecer da Procuradoria de Justiça Criminal, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 06 de janeiro de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator